



PIAUI



D I Á R I O O F I C I A L

ANO LXXIV - 114º DA REPÚBLICA

Quarta-feira, 30 de março de 2005 - Nº 058

TERESINA - PIAUÍ

Assegurados recursos para a área social

A secretária de Assistência Social e Cidadania (Sasc), Rejane Dias, participou de duas importantes reuniões, na segunda-feira, 28, em Brasília, para tratar interesses do Piauí na área social. A primeira, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na parte de manhã, e à tarde, cumpriu audiência no Ministério da Justiça, na ocasião em que discutiu medidas a serem tomadas em benefício de crianças e adolescentes com necessidades especiais.

Pela manhã, o encontro foi com o secretário nacional de Assistência Social, Osvaldo Russo, e com a assessora especial do MDS, Ana Maria Lima, que liberaram R\$ 80 mil para custeio e mais R\$ 66,4 mil para investimento e compra de um veículo tipo van para o Lar Maria João de Deus. Para a capacitação de gestores e técnicos e conselheiros, foram liberados R\$ 132 mil, sendo R\$ 120 mil do concedente e R\$ 12 mil do proponente.



Rejane Dias, Russo e Ana Maria Lima

Os recursos tinham sido empenhados em 2004, e agora já estão disponibilizados na conta do Estado.

Foram ainda encaminhados por Rejane Dias cinco projetos nas áreas de cooperação técnica, manutenção da Casa da Criança e capacitação de profissionais para o trabalho com crianças e adolescentes na capital e no interior. "Fui informada pelo secretário nacional de

Assistência Social que o ministro Patrus Ananias (MDS) colocou o Piauí como prioridade nas políticas do Ministério, destinando uma grande quantidade de recursos para a área de assistência social", enfatizou.

A última reunião do dia, no Ministério da Justiça, foi com o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, oportunidade em que foram analisados projetos de integração do Piauí na Campanha Nacional de Cidadania, principalmente no que se refere ao Registro de Nascimento. Pelos dados apresentados, mais de 34% das crianças nascidas vivas no Estado, em 2002, não possuem registro civil de nascimento.

Rejane Dias promoverá uma política imediata de integração, visando acabar com esta distorção, uma vez que esse documento é extremamente importante, pois ele é a prova da existência oficial e jurídica das pessoas.

Interpi fará levantamento de terras no Estado

O Instituto de Terras do Piauí (Interpi) vai realizar, a partir da próxima segunda-feira, 4, levantamento das terras existentes no Estado para identificar os respectivos proprietários. O trabalho será iniciado pelos municípios de Currais e Bom Jesus, na região Sul do Piauí, segundo informou o procurador geral do órgão, Marlon de Freitas.

Segundo ele, após a edição da lei 10.207/2000, todos os imóveis devem passar por medição oficial de suas áreas. "Esse trabalho visa fazer o levantamento das terras e identificar quem realmente é proprietário".

De acordo com o procurador, depois desse levantamento, o Estado terá condições de negociar as áreas com quem está de posse da terra e atualizar a regularização, acabando de vez com os conflitos existentes.

Após a conferência, se porventura ficar constatado que o proprietário possui uma área menor do que consta na escritura, ele poderá fazer um pedido de retificação junto ao Cartório de Registro Imobiliário. Se for ao contrário, ou seja, a área do terreno for maior do que consta no documento, o proprietário pode requerer, junto ao Interpi, a legalização do restante das terras através de compra ou concessão de título.

Marlon de Freitas explica que depois de Currais e Bom Jesus, o levantamento prosseguirá em São Miguel do Tapuio, Assunção do Piauí, Pimenteiras e Esperantina. Durante este ano, o levantamento será feito pelo Interpi até onde for possível. Porém, a partir de 2006, conforme o procurador, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) passará a cobrar dos proprietários a regularização de suas terras, visto que esse trabalho deve ser de iniciativa do próprio dono do terreno.

PCPR vai ampliar atividades



Fernando Danda, diretor do PCPR

O secretário executivo do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Fernando Danda, informou que vai ampliar as ações desenvolvidas pelo órgão, articulando políticas públicas no sentido de garantir a comercialização da produção oriunda dos projetos produtivos junto às Prefeituras e outras instituições.

Fernando Danda afirmou que vai prosseguir o trabalho que o Governo do Piauí vem implementando no PCPR, o que lhe garantiu uma excelente performance, e neste sentido, o Piauí e o Ceará apresentam desempenho superior aos demais estados nordestinos.

"As nossas metas estão centradas nas diretrizes já traçadas pelo governador Wellington Dias, em proporcionar mais atenção aos projetos estruturais e de produção, porque são através dessas obras que nos permitirão a permanência dos produtores no setor rural", ressaltou o diretor executivo do PCPR.

Ele reafirmou a manutenção de trabalhar em parceria com as instituições governamentais e ONGs (organizações não governamentais), como cooperativas e associações comunitárias, para que o PCPR possa ampliar mais ainda a sua

política de inclusão social por meio de obras de infra-estrutura e de projetos produtivos na agroindústria.

Convém ressaltar que o PCPR no Piauí, tem alcançado bom desempenho dentre os estados da região Nordeste nas áreas de assentamento de famílias, cadastro de terrenos (regularização fundiária), além de apresentar muitas obras de infra-estrutura, na produção agrícola, criação animal e projetos sociais.

Na área social, desde 2003, o programa vem realizando inúmeras obras, com destaque para a construção de creches e lavanderias e outros serviços primordiais para a população. As obras já totalizaram 48 projetos com recursos de mais de R\$ 3 milhões, beneficiando mais de 4,5 mil famílias. Nas obras de infra-estrutura, saneamento, energia elétrica, abastecimento de água e outros benefícios, de um total de 501 projetos, já beneficiaram aproximadamente 40 mil famílias com recursos da ordem de R\$ 28,1 milhões. Nos setores produtivos animal e vegetal foram realizadas 19,8 mil obras de 69 projetos com a aplicação de R\$ 3,5 milhões, beneficiando mais de 3,2 mil famílias, êxito garantido com a intensa participação das comunidades do interior no Programa.

O Governo do Piauí, através do PCPR, beneficiou até agora cerca de 37,8 mil famílias em todo o Estado de forma direta. O crédito fundiário garantiu para 2,8 mil famílias a construção de casas com água encanada, energia elétrica, saneamento e terra para o plantio, possibilitando a garantia de renda para as famílias. A meta para 2005 é atingir um total de 5 mil famílias beneficiadas com o Programa de Crédito Fundiário. O Governo do Piauí pretende beneficiar cerca de 2,7 mil famílias com 250 terrenos.

Verbas asseguram Luz para Todos no Sul



Fábrica de cimento em Fronteiras

Recursos para construção de suporte energético ao programa Luz Para Todos, no Sul do Estado, estão assegurados pela Eletrobras, informou na manhã de segunda-feira (28) o coordenador de Comunicação Social da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), Carlos Salomão. Também, estão assegurados recursos para duplicação da linha de transmissão para a fábrica de cimentos Itapissuma, do grupo João Santos.

Segundo Carlos Salomão, os recursos somam cerca de R\$ 68 milhões para o suporte ao Luz Para Todos e aproximadamente de R\$ 15 milhões para a duplicação da linha para a fábrica de cimento. Os recursos foram garantidos em reunião que aconteceu na tarde do dia 16 deste mês, na sede da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), no Rio de Janeiro.

Conforme a Cepisa, os recursos estão assegurados para o orçamento da companhia para este ano, garantindo sistemas de transmissão elétrica e

subestações em municípios da região dos cerrados piauienses e assegurando a execução do programa Luz Para Todos no Sul do Estado. "As obras estão previstas para execução no biênio 2005/2006", disse Salomão.

As obras de transmissão elétrica e subestações são importantes para reforçar a infra-estrutura energética e possibilitar o desenvolvimento do Piauí. Ao todo, são sete projetos, sendo que quatro dizem respeito à implantação do sistema de transmissão, e três de implantação de subestações.